

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.120 - PE (2019/0218575-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : GENIVAL JOSE MACEDO DE PAULA
ADVOGADOS : JOSÉ MONSUÊTO CRUZ E OUTRO(S) - PE007691
JULIANA CUNHA CRUZ DE MOURA - PE022675
AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO
AGRAVADO : FUNDACAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DOS
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : FRANCISCO MARIO MEDEIROS CUNHA MELO E
OUTRO(S) - PE018765

DECISÃO

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM R\$ 3.000,00. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE DO MONTANTE FIXADO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por GENIVAL JOSE MACEDO DE PAULA, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se insurgem contra acórdão proferido pelo TJPE, assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL PRELIMINARES DE PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO E DA INADMISSIBILIDADE DO APELO POR OFENSA À DIALETICIDADE REJEITADAS. MÉRITO. LICENÇAS PRÊMIOS CONVERSÃO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 61/TJPE. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS HAVIDAS NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA ENTRE 1997 E 2007. PAGAMENTO DAS PARCELAS NÃO ALCANÇADAS PELA PRESCRIÇÃO QÜINQUÊNAL. TERMO FINAL. REGULARIZAÇÃO DO PAGAMENTO NOS IDOS DE 2007. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETARIA. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS DO TJPE. VERBA HONORÁRIA REDUÇÃO. JUÍZO DE EQUIDADE. CPC/73. APLICAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL DO REEXAME NECESSÁRIO, PREJUDICADO O APELO. VOTAÇÃO UNÂNIME (fls. 286).

2. Nas razões do Recurso Especial, defendem, em suma, a violação dos §§ 3o., 4o. do artigo 20, 489, II, 1.022, parágrafo único do CPC/1973, afirmando que os honorários arbitrados em R\$ 3.000,00 são irrisórios, pugnando por sua majoração.

3. É o relatório.

4. Inicialmente, convém registrar que esta Corte Superior realmente já orientara ser inviável a modificação da verba honorária dos Advogados, em sede de Recurso Especial, por demandar, em tese, a averiguação e avaliação do contexto fático-probatório dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.

5. Contudo, esse entendimento é relativizado, sendo o teor da referida Súmula objeto de mitigação, quando evidenciado nos autos que a verba honorária foi arbitrada em valores excessivos ou ínfimos, sem que para isso se faça necessário o reexame de provas ou qualquer avaliação quanto ao mérito da lide. Nesse sentido, os seguintes julgados que servem de paradigmas:

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR IRRISÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. ENUNCIADO 7 DA SÚMULA DO STJ. APRECIÇÃO EQUITATIVA DO JUIZ. INEXISTÊNCIA DE LIMITE AOS PERCENTUAIS DE 10% E 20%.

É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial, tão somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes e somente se abstraída a situação fática na análise realizada pelo Tribunal de origem. (AgRg no Ag 1.198.911/SP, Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 3.5.2010).

O arbitramento dos honorários advocatícios não se restringe aos percentuais de 10% a 20%, previstos no § 3º do art. 20 do CPC. Pode o julgador utilizar-se de percentuais sobre o valor da causa ou da condenação, assim como estabelecê-los em valor fixo, apreciação esta subjetiva do magistrado.

Agravo Regimental improvido (AgRg no REsp. 1.225.273/PR, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJe 6.9.2011).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DA SÚMULA 7/STJ.

1. A fixação de honorários com base no art. 20, § 4º do CPC não encontra como limites os percentuais de 10% e 20% previstos

Superior Tribunal de Justiça

no § 3o. do mesmo dispositivo legal, podendo ser adotado como base de cálculo o valor da causa, o da condenação ou arbitrada quantia fixa.

2. *Conforme o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior, a modificação do valor dos honorários advocatícios sucumbenciais é possível, desde que fixado em patamar irrisório ou exorbitante.*

3. *Na hipótese dos autos, não se faz necessário o revolvimento de matéria fático-probatória para reconhecer que a quantia de R\$ 200,00 não condiz com o trabalho dos representantes da autarquia, que conseguiram a reforma da sentença e que tiveram opor aclaratórios para obter a inversão dos ônus sucumbenciais.*

4. *Considerando o valor dado à causa (R\$ 27.147,34 - vinte e sete mil, cento e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos), os honorários advocatícios devem ser majorados para R\$ 1.000,00 (mil reais).*

5. *Recurso Especial provido (REsp. 1.252.329/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 24.6.2011).*

2 2 2

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. ART. 20, § 4o., DO CPC.

1. *Esta Corte tem afastado o óbice da Súmula 7/STF, e admitido a elevação ou redução dos honorários advocatícios arbitrados com fulcro no artigo 20, §§ 3o. e 4o. do Código de Processo Civil, quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes em relação ao conteúdo econômico da demanda.*

2. *Agravo Regimental improvido (AgRg no Ag 1.209.161/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 1o.6.2011).*

6. Como visto, esta Corte tem se balizado na razoabilidade, de modo a coibir o aviltamento do labor do causídico, bem como a desproporcionalidade entre o valor fixado e os critérios adotados, quando estes acabam culminando na irrisoriedade ou na exorbitância. Em vista disso, a jurisprudência do STJ,

quando verifica a ocorrência de excesso ou insignificância do valor arbitrado, tem mantido, em diversos casos, a verba honorária em valor que orbita o percentual de 1% do valor da causa, considerando irrisórios os valores que não atingem tal cifra. Esta tem sido a diretriz adotada por ambas as turmas componentes da 1a. Seção. Confirmam-se, nesse sentido, os recentes julgados:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO PARA 1% DO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. DECISÃO QUE SE MANTÉM.

1. *A revisão dos honorários advocatícios na via do recurso especial é cabível quando verificado o excesso ou insignificância do valor arbitrado e, no acórdão recorrido, houver o delineamento concreto das circunstâncias a que se refere o art. 20, § 3o., do CPC.*

2. *Hipótese em que a instância ordinária delineou concretamente as circunstâncias previstas no art. 20, § 3º, do CPC, e a definição da verba honorária resultou em valor irrisório, incompatível com a dignidade do trabalho do advogado.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AgRg no AREsp. 290.468/AL, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 28.4.2014).*

2 2 2

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM PERCENTUAL INFERIOR A 1% (UM POR CENTO) DO VALOR DADO À CAUSA. MONTANTE IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO PROVIDO.

1. *A jurisprudência do STJ tem considerado irrisórios honorários fixados em patamar inferior a 1% sobre o valor da causa (REsp. 1.326.846/SE, Terceira Turma, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 28.2.13).*

2. *Agravo regimental provido para majorar a verba honorária para 1% (um por cento) do valor atribuído à causa (AgRg nos EDcl no AREsp. 304.364/RN, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 5.11.2013).*

7. Sobre a regra do art. 20, § 4o. do CPC/1973, no que diz respeito às causas em que for vencida a Fazenda Pública, cabe citar os esclarecedores comentários de CELSO AGRÍCOLA BARBI:

O parágrafo contém regra muito criticável, em relação à Fazenda Pública, a qual, quando vencida, não terá a condenação em honorários sujeita à limitação do § 3o. A exceção é duplamente criticável. Em primeiro lugar, porque não há razão para que a Fazenda tenha tratamento especial quando vencida. Por que motivo uma pessoa que tiver seu automóvel danificado em uma colisão por culpa de outrem será reembolsada em honorários de 10 a 20% sobre o valor do dano, se o veículo causador do acidente pertencer a um particular, e terá tratamento diverso, se o veículo causador pertencer a um órgão do Poder Público? Porventura o que ele pagará ao seu advogado, a título de honorários, será diferente, porque o veículo causador pertence ao Estado? Parece que a intenção do legislador é dar tratamento preferencial à Fazenda, mas nem isso ficou assegurado na lei, porque ela, ao subtrair a Fazenda à regra do § 3o., não proibiu condenação em valor superior a 20%. É razoável que se dê a Fazenda maior facilidade nos prazos, como garantia do interesse geral, que pode ser sacrificado pela deficiência de alguns serviços jurídicos de órgãos públicos. Mas o favor não deve estender-se ao campo dos honorários de advogado, porque estes são indispensáveis a um completo ressarcimento do direito da pessoa lesada pela Administração Pública (Comentários ao Código de Processo Civil, Vol. I, Tomo I, São Paulo, Forense, 1975, p. 197).

8. Na hipótese dos autos, revela-se desarrazoada a fixação da verba honorária no valor de R\$ 3.000,00, em face do trabalho profissional advocatício efetivamente prestado, da complexidade e valor da causa, inapto a refletir o nível de responsabilidade do Advogado, motivo pelo qual deve ser majorada para 10% do valor atualizado da causa.

9. Com efeito, os honorários advocatícios devem ser estimados de modo a remunerar condignamente o trabalho profissional especializado e, também, respeitar a complexidade da matéria, desestimulando-se sobremodo as ações judiciais que se originam de atitudes caprichosas ou resistentes ao conhecimento de direitos subjetivos fundamentais.

10. Ante o exposto, dou provimento ao Agravo em Recurso

Superior Tribunal de Justiça

Especial do Particular, para fixar os honorários em 10% do valor atualizado da causa.

11. Publique-se.
12. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR